



Art. 2º Designar RAMY GOLDENBAUN, TRF, Mat. SIPE nº 22270, para atuar como suplente, no impedimento de qualquer membro titular da Comissão.

Art. 3º Revogar a Portaria 10314 nº 232, de 09 de agosto de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS LUIZ RODRIGUES RIOS MOTA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL EM SANT'ANA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº 32, DE 5 DE ABRIL DE 2004

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM SANT'ANA DO LIVRAMENTO, usando da atribuição que lhe confere o artigo 227 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 259, de 24/08/2001, considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei 200, de 25/02/67, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06/09/79, e objetivando racionalizar serviços e dinamizar decisões em assuntos de interesse público e da própria administração, resolve:

Artigo 1º - Delegar competência ao Chefe do Centro de Atendimento ao Contribuinte desta Delegacia e, concomitantemente, ao seu substituto eventual para, sem prejuízo de suas atribuições, executar o trabalho de malha cadastro do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural, utilizando-se do Sistema ITR - Subsistema "Malha Cadastro", observando as orientações emanadas através de Norma de Execução das Coordenações-Gerais sobre o assunto.

Artigo 2º - A autoridade delegante poderá avocar, a qualquer momento e a seu critério, a decisão de assunto objeto desta delegação, sem que isso implique na revogação parcial ou total deste ato.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de sua emissão.

PAULO ROBERTO FOGAÇA

BANCO CENTRAL DO BRASIL DEPARTAMENTO DE COMBATE A ILÍCITOS CAMBIAIS E FINANCEIROS

PORTARIA Nº 26.207, DE 7 DE ABRIL DE 2004

O Chefe Substituto do DEPARTAMENTO DE COMBATE A ILÍCITOS CAMBIAIS E FINANCEIROS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, no uso da competência que lhe confere o ADM 07.20.00.004.01, resolve:

Dispensar, a pedido, o servidor ERASTO CASTILHOS DE MELLO, matrícula 2.958.568-6, do exercício da função comissionada de Coordenador, sigla FDO-1, na Gerência Técnica em Curitiba (Decif/GTCUR/Comon).

FERNANDO CELSO GOMES DE SOUZA

DEPARTAMENTO DE SUPERVISÃO INDIRETA

PORTARIA Nº 26.210, DE 7 DE ABRIL DE 2004

O chefe do DEPARTAMENTO DE SUPERVISÃO INDIRETA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, no uso da competência que lhe confere o ADM-07.20.00.004.01.04, resolve:

dispensar, a pedido, a partir de 07/04/04, a servidora ANA MARIA MIRANDA MENDOÇA, mat. 0.723.392-2, da função comissionada de Assessor Júnior, sigla FCA-5, no Departamento de Supervisão Indireta (Desin/Dilog/Sulog-02).

VÂNIO CÉSAR P. AGUIAR

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 26.211, DE 7 DE ABRIL DE 2004

O Secretário-Executivo do Banco Central do Brasil, no uso da competência que lhe confere o ADM-07-20-00-004-01.04, resolve:

I - dispensar a servidora AURORA MARIA PAIVA DE ALMEIDA, matrícula 1.506.518-9, da função comissionada de Chefe de Subunidade, sigla FDT-1, tendo em vista sua remoção para o Departamento da Dívida Externa e de Relações Internacionais (Derin);

II - designar a servidora VALÉRIA BRAGA, matrícula 9.439.549-7, para exercer a função comissionada de Chefe de Subunidade, sigla FDT-1, na Secretaria Executiva da Diretoria (Secre/Presi), dispensando-a, em consequência, da função comissionada de que atualmente é titular; e

III - designar a servidora GISELLE ANGELO FOSCHETE MEIRELLES, matrícula 3.801.212-X, para exercer a função comissionada de coordenador, sigla FDO-1, na Secretaria Executiva da Diretoria (Secre/Presi), dispensando-a, em consequência, da função comissionada de que atualmente é titular.

HÉLIO JOSÉ FERREIRA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PORTARIAS DE 7 DE ABRIL DE 2004

A PRESIDENTE DO SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 2º da Portaria MF nº 75, de 16 de fevereiro de 1995, resolve:

Nº 1 - Dispensar Simone Alves Silva, Agente Administrativo, matrícula Siapecad nº 13479, da Função de Chefe do Centro de Informática, Código FG-3, do Segundo Conselho de Contribuintes.

Nº 2 - Designar Maria Luzimar Novais, ARF-237001, matrícula Siapecad nº 27013, para Função Gratificada do Segundo Conselho de Contribuintes, Código FG-3.

JOSEFA MARIA COELHO MARQUES

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 258, DE 6 DE ABRIL DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001 e no Ofício-Circular nº 60 SRH/MP, de 21 de agosto de 2002, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve autorizar a cessão da empregada ROSEMARY JOSÉ CARLOS, pertencente ao Quadro de Pessoal da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, entidade vinculada a este Ministério, na forma abaixo especificada:

Cargo: Técnico em Desenvolvimento Regional II

Matrícula SIAPE nº: 778796

Para: Presidência da República

Cargo a ser ocupado: não especificado

Amparo legal: artigos 2º e 3º do Decreto nº 4.050, de 12.12.2001

Responsabilidade do ônus: órgão cedente

Processo nº: 59000.000351/2004-03

CIRO GOMES

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 7 DE ABRIL DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, resolve autorizar a cessão do seguinte servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Federal, na forma abaixo indicada:

Nº 920 -

Nome: ALOÍSIO PAULO MARCONE

Cargo: Agente Administrativo, Classe S, Padrão III

Matrícula SIAPE: 0186423

Para: Procuradoria-Regional da União em São Paulo/AGU

Cargo a ser ocupado: Não especificado

Amparo Legal: art. 93 da Lei nº 8.112/90, art 2º, inciso I do art. 3º do Decreto nº 4.050/2001, art. 47 da Lei Complementar nº 73/93 e § 2º do art. 9º da Lei nº 10.682/2003.

Responsabilidade do ônus: Órgão Cedente

Processo: 08001.000822/2004-24

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da competência atribuída pelo parágrafo único do art. 63 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, resolve:

Nº 921 - Reconduzir ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, os seguintes membros:

- VETUVAL MARTINS VASCONCELOS, na qualidade de Conselheiro Titular;

- MAURÍCIO KUEHNE, na qualidade de Conselheiro Titular;

- MARIO JÚLIO PEREIRA DA SILVA, na qualidade de Conselheiro Suplente.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o dispostos no parágrafo único do art 4º da Portaria MJ nº 11, de 5 de janeiro de 1996, arts.13 e 20, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, art 3º do Decreto nº 1.306, de 9 de novembro de 1994, e o art. 2º da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, resolve:

Nº 922 - Art 1º Reconduzir Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, como Conselheiro Titular do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, resolve autorizar a prorrogação até 26 de agosto de 2004, a cessão da seguinte servidora pertencente ao Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio, na forma abaixo indicada:

Nº 923 -

Nome: MARIA AUXILIADORA GOMES DE FREITAS

Cargo: Assistente Administrativo, classe A, padrão III

Matrícula SIAPE: 0446898

Para: Ministério Público do Trabalho

Cargo a ser ocupado: Não especificado

Amparo Legal: art. 93 da Lei nº 8.112/90; art. 2º, inciso I do art. 3º do Decreto nº 4.050/2001 e inciso III do art. 8º da Lei Complementar nº 75/93.

Responsabilidade do ônus: Órgão Cedente

Processo: 08007.000558/2004-79

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, resolve:

Nº 1.022 - Art. 1º Constituir, no Ministério da Justiça, a Comissão de Ética de que trata o Capítulo II do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, integrada pelos seguintes membros:

Titulares:

a- Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

b- Cristina dos Reis Emygdio Rasia

c- Fátima Rodrigues Guimarães

Suplentes:

a- Eliana Amorim Soares

b- Jorge de Albuquerque e Melo

c- Nelson Campos

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias MJ nº 1.152, de 3 de outubro de 2002, e nº 467, de 16 de abril de 2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

Em 7 de abril de 2004

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 145, de 26 de janeiro de 2004, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País à servidora IZAURA MARIA SOARES MIRANDA, Diretora do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça, para chefiar a delegação brasileira no "Foro Especializado Migratório do MERCOSUL, Bolívia e Chile", na cidade de Buenos Aires, Argentina, no período de 13 a 17 de abril de 2004, incluindo o trânsito, com ônus. (Processo nº 08015.001055/2004-11).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 145, de 26 de janeiro de 2004, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995, modificado pelos Decretos nºs 2.349, de 15 de outubro de 1997, e 3.025, de 12 de abril de 1999, autoriza o afastamento do País ao servidor RICARDO MORISHITA WADA, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico, para participar do "Encontro sobre a Proteção do Consumidor na Era Eletrônica: Instituições, Análise e Implementação" e "Reunião do Comitê Técnico nº 7 - Defesa do Consumidor do MERCOSUL", na cidade de Buenos Aires, Argentina, no período de 11 a 17 de abril de 2004, incluindo o trânsito, com ônus. (Processo nº 08012.002613/2004-96).

LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PORTARIA Nº 35, DE 7 DE ABRIL DE 2004

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, resolve

I - Designar a Drª ZENI ALVES ARNDT, Defensora Pública da União, de Categoria Especial, para o julgamento da Revisão Criminal nº 39, a realizar-se no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, no dia 15.04.2004.

II - Designar a referida Defensora, para atuar em caráter excepcional, no Núcleo da Defensoria Pública da União/Manaus-AM, no período de 16.04 a 15.05.2004.

ANNE ELISABETH NUNES DE OLIVEIRA